

PROJETO DE LEI Nº DE 2016.

(Do Sr. Celso Jacob)

Altera o artigo 1º incluindo novo parágrafo e renomeando o existente da Lei nº 11.649, de 04 de abril de 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Altera o artigo 1º, incluindo novo parágrafo e renomeando o existente da Lei nº 11.649/2008:

Art. 1º -.....

§1º- Considerar-se-à como nula de pleno direito qualquer cláusula contratual relativa à operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo que disponha de modo contrário ao disposto neste artigo

§2º- O credor fiduciário é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O legislador ao redigir o caput do art. 1º da Lei que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), dispõe sobre os procedimentos inerente as obrigações do arrendatário do veículo automotor.

Na alienação fiduciária, muito utilizada no financiamento de veículos, a propriedade é transmitida ao credor fiduciário em garantia da dívida contratada, enquanto o devedor fica tão somente como possuidor direto da coisa.

Afirmou Ministro Humberto Martins, da 2ª Turma do STJ, no julgamento do REsp 1.344.288-MG, o credor fiduciário é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA, pois, durante o contrato, o veículo do devedor pertence à instituição financeira, que a instituição financeira “reveste-se da qualidade de possuidor indireto do veículo, sendo-lhe possível reavê-lo em face de eventual inadimplemento”.

O ministro explicou que, no contrato de alienação fiduciária, o credor mantém a propriedade do bem, de modo a tornar o IPVA um “tributo real”, tendo como consequência lógica a possibilidade de solidariedade em relação ao pagamento.

E quanto ao Leasing, o Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que:

“No arrendamento mercantil (leasing), o arrendante, por ser possuidor indireto do veículo, é responsável solidariamente pelo pagamento do IPVA.”

Apesar de serem institutos jurídicos distintos, "especificamente quanto ao desdobramento da posse direta e da posse indireta, a reserva de domínio e a alienação fiduciária em garantia aproximam-se.

Portanto, no arrendamento mercantil foi firmado o entendimento sobre a responsabilidade solidária do arrendante em relação ao pagamento do tributo em questão, e na alienação fiduciária, mesmo com o Julgamento do Recurso Especial, há controvérsias, pois tal instituto é uma garantia real, sendo que o credor não tem intenção de ter o bem para si, não podendo ser considerado como proprietário.

Estamos certos de que incluir o parágrafo 2º no artigo 1º, como o mecanismo de dar mais segurança jurídica e de aproximar o julgador ao caso em tela, evitando a aplicação da subjetividade além de respeitar os princípios constitucionais vigentes. Além disso, a medida tem o valor simbólico de constituir o reconhecimento oficial dessa manifestação como parte daquele que se interesse em ajudar o setor judicial, merecedora de fomento e de apoio do poder público.

Pedimos, assim, o apoio a nossa iniciativa, na esperança de que a importância e o mérito desta proposta sejam também reconhecidos pelos nobres pares.

Sala das Sessões,

de fevereiro de 2016.

Celso Jacob  
Deputado Federal